



TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 74/2025/SMPOP/DCL

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA

PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 74/2025/SMPOP/DCL, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO JOSÉ LUIZ RODRIGUES MACHADO E ANDRÉ WERTONGE TEIXEIRA.

O **MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Aparício Mariense, nº 2.751, inscrito no CNPJ/MF sob nº 88.489.786/0001-01, representado pelo Prefeito **JOSÉ LUIZ RODRIGUES MACHADO**, doravante denominado **CRENCIANTE** e, de outro lado, **ANDRÉ WERTONGE TEIXEIRA**, inscrito no CPF: 617.640.270-00, estabelecida na Rua Riachuelo, nº 1010, apto 13, Centro, São Borja/RS, CEP 97.670-000, doravante denominado **CRENCIADO**, celebram este termo de credenciamento, vinculado ao Edital de Chamamento Público nº 02/2025 e em conformidade com a Lei 14.133/2021, e Decretos Municipais nº 19.357/2022, alterado pelo Decreto nº 20.605/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Credenciamento para a prestação de serviços de realização de exames de Ultrassonografia, com emissão de laudo médico, a serem realizados em aparelho próprio da Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Quant. anual	Unidade	Especificação	Valor unitário	Valor total
01	4.800	Unid.	Exames de ultrassonografia (com emissão de laudo e realizado nas dependências do município)	R\$ 51,74	R\$ 248.352,00

1.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital do Chamamento Público;



1.2.3. Os anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

2.1. Os profissionais credenciados deverão realizar os exames diagnósticos por imagem de ultrassonografia em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e os protocolos clínicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores, observando as boas práticas médicas e a legislação vigente.

2.2. As atividades englobadas na prestação dos serviços incluem, mas não se limitam a:

- Execução de exames de ultrassonografia geral e especializada, tais como ultrassonografia abdominal, pélvica, obstétrica, transvaginal, tireoide, mama, partes moles, vias urinárias, próstata, região inguinal entre outros que venham a ser especificados pela Secretaria;
- Realização dos exames nas instalações do CREDENCIANTE, utilizando o aparelho de ultrassonografia disponível na unidade de saúde indicada, com manuseio e operação adequados ao equipamento;
- Elaboração e entrega dos laudos médicos, devidamente assinados por profissional legalmente habilitado, contendo a descrição detalhada dos achados do exame, diagnóstico e, quando aplicável, orientações complementares;
- Agendamento e organização dos atendimentos, em conjunto com a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, adequando-se à demanda e respeitando os critérios de prioridade e as necessidades do serviço público;
- Registro adequado das informações dos pacientes e dos procedimentos realizados em sistema próprio da Secretaria ou por meio de registros físicos, conforme orientação do CREDENCIANTE;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos para a realização dos exames e entrega dos laudos, assegurando a celeridade e a eficiência no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.3. Os profissionais (pessoa física ou jurídica) credenciados deverão executar os atendimentos no município, em local adequado, que será ofertado pela Secretaria de Saúde e com equipamento próprio da contratante.

2.4. A definição da agenda de atendimentos será ajustada em comum acordo entre os profissionais credenciados e a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando os dias úteis e assegurando que todos os procedimentos sejam integralmente executados dentro do prazo de vigência deste termo.

2.4.1. O agendamento dos exames ficará sob responsabilidade da Secretaria, que organizará as datas e horários de acordo com as disponibilidades fornecidas pelos profissionais credenciados. O processo seguirá uma ordem definida: primeiramente, serão agendados os exames dos pacientes com maior risco, conforme a classificação de risco estabelecida. Dentro desse grupo, serão priorizados os pedidos mais antigos. Dessa forma, os exames serão agendados de acordo com a gravidade dos casos e a ordem cronológica das solicitações, ga-



rantindo que os pacientes mais urgentes sejam atendidos primeiro e, em seguida, os demais, respeitando sempre a ordem de chegada das solicitações.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Prazo de início dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do termo de Credenciamento.

3.2. Os profissionais credenciados deverão realizar os exames nas instalações do CREDENCIANTE, utilizando o aparelho de ultrassonografia disponível na unidade de saúde indicada, em horário a ser determinado com a gestão da Secretaria conforme disponibilidade.

3.3. Os encargos trabalhista, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Credenciante.

3.4. É vedado:

a) o credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº14.133/2021, do Município credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do credenciamento, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art.14, inciso IV, da Lei nº14.133/2021.

b) a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento.

3.5. O credenciante reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de negligência, imperícia, imprudência e descumprimento contratual, observado o devido processo legal.

3.6. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O Termo de Credenciamento terá o prazo de vigência de até 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência do CREDENCIADO, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses na forma dos artigos 105, 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelos serviços ora ajustados, o CREDENCIADO será pago de acordo com o número de serviços efetuados, conforme os valores contidos na tabela do item 1.1.1. do edital do CPC 02/2025 e no item 1.1. deste termo.



5.2. Os limites quantitativos indicados na tabela do 1.1.1. do edital do CPC 02/2025 e no item 1.1. deste termo de credenciamento são relativos aos serviços prestados por todos os credenciados, não havendo garantia de execuções individuais mínimas.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal/emenda parlamentar.

Órgão: 10

Unidade:04

Função:10

Programa:155

Projeto/Atividade:2231

Elemento:3.3.90.39.00.00.00 PJ/ 3.3.90.36.00.00.00 PF

Recurso:500 e 600.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento se dará por produção, conforme os atendimentos realizados. As faturas apresentadas pelos credenciados referentes aos serviços prestados serão submetidas à lisura pré-pagamento, cabendo-lhe a emissão de glosa parcial ou total sob evidência objetiva de irregularidade.

7.2. O credenciado se obriga a apresentar na Secretaria Municipal da Saúde, até o dia 02 do mês corrente, a fatura, anexando todos os comprovantes de despesas, requisições devidamente autorizadas relativos aos atendimentos prestados no período anterior, discriminando em planilha o nome do usuário, número do cartão SUS, data e assinatura do paciente.

7.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho e por meio de depósito bancário.

7.3.1. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta ao credenciado pela credenciante, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações do **Credenciante**:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no processo de Chamamento Público;



- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar ao Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Credenciado, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento ao credenciado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;
- f)** o Credenciante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g)** o Credenciante reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação do credenciado acolhê-las.

8.2. São obrigações do Credenciado:

- a)** O credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b)** manter, durante toda a execução do termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do termo de credenciamento;
- II. dar causa à inexecução parcial do termo de credenciamento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do termo de credenciamento;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o termo de credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no edital ou prestar declaração falsa durante a execução do termo de credenciamento;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do termo de credenciamento;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do chamamento;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.2. A sanção prevista no inciso II do item 9.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.3. De 1% (um por cento) do valor do termo por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial.

9.2.3. De 15% (quinze por cento) do valor do termo, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 15 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

9.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 9.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando



não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

9.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 9.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.2.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 9.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

9.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 9.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

9.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.9. A aplicação das sanções previstas no item 9.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2.10. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 9.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.2.11. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 9.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o credenciado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Este Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo, mediante Termo próprio e notificação prévia de 30 (trinta) dias, desde que atendida a conveniência do Credenciante.

10.2. Será rescindido o presente Termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito à indenização, por parte do CREDENCIADO, se:

10.2.1. não cumprir regularmente quaisquer obrigações assumidas neste Termo;

10.2.2. subcontratar os serviços, sem a autorização do Credenciante, ou, em qualquer hipótese, transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Credenciamento;



São Borja
"Primeiro dos Sete Povos das Missões"
"Terra dos Presidentes"
"Capital Gaúcha do Fandango"

Secretaria Municipal de Planejamento,
Orçamento e Projetos- SMPOP
Departamento de Contratos e Licitações- DCL

10.2.3. executar os serviços com imperícia técnica;

10.2.4. paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 07 (sete) dias consecutivos;

10.2.5. demonstrar incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé;

10.2.6. atrasar injustificadamente a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Borja do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir os litígios oriundos da execução deste instrumento.

11.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Borja/RS, 06 de junho de 2025.

JOSÉ LUIZ RODRIGUES MACHADO
PREFEITO
CREDENCIANTE

ANDRÉ WERTONGE TEIXEIRA
CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

ASSINATURA:

NOME:

RG:

ASSINATURA: